



A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO ASSENTAMENTO ALTEMIR TORTELLI *ESTRELA* EM SIDROLÂNDIA-MS E A RESISTÊNCIA CAMPONESA

Thiago Ferreira Medeiros¹

José Beltrão de Medeiros²

RESUMO

O presente trabalho analisa o processo de territorialização do agronegócio no Assentamento Altemir Tortelli *Estrela*, localizado no município de Sidrolândia, Mato Grosso do Sul. A pesquisa busca compreender de que forma o avanço do agronegócio está impactando o território, a economia e a cultura das famílias camponesas que ali vivem. Pois o agronegócio, ao se expandir, impõe novas dinâmicas econômicas, sociais e culturais, pressionando e reduzindo a diversidade produtiva que sempre caracterizou o modo de vida camponês. Essa expansão revela um conflito entre o projeto capitalista da monocultura e o projeto camponês de valorização da terra como espaço de trabalho, memória e identidade. Diante disso, as famílias camponesas assentadas resistem de diferentes formas, reafirmando seu vínculo com a terra e lutando para manter vivas suas práticas e valores, mesmo em meio às dificuldades impostas por um modelo cada vez mais concentrador e desigual.

Palavras-chave: agronegócio; territorialização; agricultura familiar; campesinato.

RESUMEN

El presente trabajo analiza el proceso de territorialización del agronegocio en el Asentamiento Altemir Tortelli *Estrela* ubicado en el municipio de Sidrolândia, Mato Grosso do Sul. La investigación busca comprender cómo el avance del agronegocio está impactando el territorio, la economía y la cultura de las familias campesinas que allí viven. Pues el agronegocio, al expandirse, impone nuevas dinámicas económicas, sociales y culturales, presionando y reduciendo la diversidad productiva que siempre ha caracterizado el modo de vida campesino. Esta expansión revela un conflicto entre el proyecto capitalista de la monocultura y el proyecto campesino de valorización de la tierra como espacio de trabajo, memoria e identidad. Ante esto, las familias campesinas asentadas resisten de diferentes formas, reafirmando su vínculo con la tierra y luchando para mantener vivas sus prácticas y valores, incluso frente a las dificultades impuestas por un modelo cada vez más concentrador y desigual.

Palabras clave: agronegocio; territorialización; agricultura familiar; campesinado.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, thiagomedeiros@hotmail.com;

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, josebeltraomedeiros@gmail.com.



INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como eixo de análise a territorialização do agronegócio no assentamento Altemir Tortelli “*Estrela*”, município de Sidrolândia/MS. Ele destina-se a investigar a expansão e territorialização do agronegócio na dimensão territorial, econômica e cultural do camponês do assentamento “*Estrela*”. Além disso, buscamos compreender como tem se processado a resistência camponesa diante das investidas do agronegócio contra as condições de vida material e cultural dos assentados camponeses. Pois, de acordo com Pereira e Pauli (2019, p. 154) a territorialização pode ser definida como:

Assim, definimos o controle do território como um processo de apropriação não só de terras, mas de recursos naturais, biodiversidade, subsolo, renda, entre outras variáveis; através de diferentes mecanismos – legais e ilegais – [...] este processo implica a alteração da territorialidade, onde o uso do território passa a ser orientado para atender às demandas do capital externo e não mais da população nacional (não apenas camponesa ou tradicional).

Assim, é evidente a diferença da territorialização realizada pelo camponês e da territorialização realizada pelo capital (agronegócio), pois para o camponês é a partir da territorialização que se dá,

[...] o lugar da realização da vida, da construção de uma identidade, ou seja, o lugar em que os assentados manifestam seus desejos e anseios em um novo espaço, em novas possibilidades de continuar sendo respeitado e existindo. Pode ser o lugar da mudança ou recriação de sua cultura, sua autonomia, sua capacidade de acender a partir de suas próprias potencialidades (Alves, 2019, p. 101).

No entanto, quando o agronegócio uma vez instalado e/ou materializado no espaço, promove ações de desconstrução do modelo de agricultura familiar camponesa; Ou seja, a territorialização do agronegócio impõe às comunidades assentadas uma política de reordenação do espaço territorial que passa a ser ocupado pela monocultura, substituindo gradativamente a diversidade produtiva praticada pela agricultura familiar camponesa por *commodities* agrícolas, voltadas para o capital. Como afirma Camacho et al (2020, p. 60):

A agricultura camponesa está sendo ameaçada com a implantação desse novo modelo para produzir, a monocultura, com máquinas pesadas, plantio direto, pouca mão de obra, muitos defensivos químicos e sementes modificadas. O que ocorre é que estamos perdendo o direito de escolher o que produzir, na verdade, o de produzir! Sem contar que, dessa forma, também não temos o direito de escolher o que consumir.

Nesse sentido, essa tendência contribui para apagar as especificidades da agricultura familiar camponesa, que tradicionalmente é voltada para a produção diversificada de alimentos, conforme aponta Fernandes (2004, p. 3), “A agricultura camponesa não é adepta do



produtivismo, ou seja, produzir uma única cultura e com exclusividade para o mercado e nem se utiliza predominantemente de insumos externos. Seu potencial de produção de alimentos está na diversidade, no uso múltiplo dos recursos naturais”.

Além disso, como destaca Camacho (2015, p. 8): “Os territórios camponeses são exemplos de relações socioeconômicas e culturais que tem como base principal na produção de alimentos para o sustento da família e a venda do excedente para o restante da sociedade”. E conforme Woortmann (1990) argumenta, o camponês:

[...], não vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria. Estou tratando, pois, de valores sociais; não do valor-trabalho, mas do trabalho enquanto um valor ético (Woortmann, 1990, p. 12).

Com base nas contribuições de Camacho (2015; 2020), Fernandes (2004) e Woortmann (1990), compreendemos que a agricultura familiar camponesa não se limita apenas a produção diversificada de alimentos, ela busca incorporar valores culturais e sociais ao trabalho, buscando sempre uma relação de harmonia com o território. No entanto, essa perspectiva é frequentemente desmoralizada por grande parte da mídia e também por alguns estudiosos como sendo um obstáculo ao desenvolvimento do país. Por isso que na construção do projeto e da política do agronegócio há uma forte ideologia implantada e difundida pela mídia e por muitos estudiosos, conforme aponta Fernandes (2004, p. 2-3):

Outra construção ideológica do agronegócio é convencer a todos de que é responsável pela totalidade da produção da agropecuária. Toda vez que a mídia informa os resultados das safras, credita toda a produção na conta do agronegócio. É a arte da supremacia. Estrategicamente, o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária como se fosse o único produtor do país. [...] O agronegócio vende a idéia de que seu modelo de desenvolvimento é a única via possível. Essa condição é reforçada pela mídia e por estudiosos que homogeneizam as relações sociais, as formas de organização do trabalho e do território como se fossem da mesma natureza. Desse modo, procuram comparar as produtividades do agronegócio e da agricultura familiar. [...] O agronegócio como supremacia procura cooptar a agricultura camponesa para defender o seu modelo de desenvolvimento. Esse processo de cooptação começa pela eliminação das diferenças: todos são iguais perante o mercado. E continua com essa propaganda para que todas as políticas sejam construídas tendo como referência o negócio.

Corroborando com essa perspectiva, Stédile (2012, s. p) observa que:

Infelizmente o agronegócio, que está mancomunado com o poder econômico, de quem é sócio, com os meios de comunicação, criaram uma ilusão na sociedade brasileira de que o agronegócio é solução. E escondem que ele aumenta a produtividade expulsando milhares de trabalhadores, usando venenos de forma intensiva, que transformou o Brasil no país que mais usa venenos e que tem alimentos mais



contaminados no mundo. [...] Ou seja, o agronegócio dá lucro, produz, mas para meia dúzia de fazendeiros e empresas transnacionais.

Nessa perspectiva, ao tratar o agronegócio como um único modelo de produção viável acaba-se que criando uma falsa ideia de que a pequena produção não é eficiente ou relevante para o país e sua economia. Além disso, ao se fazer esta comparação de produtividades, deixa-se de considerar as diferenças estruturais, históricas e culturais entre os dois modelos, reforçando ainda mais a lógica da exclusão dos agricultores familiares camponeses.

Assim, por meio deste trabalho pretendemos evidenciar e denunciar o crescimento significativo do agronegócio no território do Assentamento *Estrela*, pois conforme argumenta Fernandes (2004, p. 4): “A cada ano o agronegócio se territorializa com maior rapidez e desterritorializa a agricultura camponesa ou familiar”.

A escolha deste tema se justifica pela necessidade de investigar sobre a territorialização do agronegócio e como a sua influência está afetando as famílias camponesas do Assentamento “*Estrela*”, como por exemplo, na economia, na cultura, na perda de autonomia, entre outros aspectos que estão afetando a vida dos camponeses. Assim este trabalho buscou compreender de que forma está ocorrendo a territorialização do agronegócio e como está se manifestando resistência camponesa frente as investidas do agronegócio, especialmente no contexto do arrendamento da terra no assentamento.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, utilizou-se uma abordagem qualitativa, tendo como procedimento metodológico para a coleta de dados a história oral desenvolvida por meio do trabalho de campo. Conforme argumentam Cassab e Ruscheinsky (2007, p. 16) ao tratarem da pesquisa em torno da história oral, “A coleta de uma história de vida, de um relato oral, ou mesmo de um depoimento se traduz também em uma ocasião em que o entrevistado reflete sobre sua vida, sobre sua trajetória, antes mesmo da realização da entrevista”.

Esta se apresenta como uma ferramenta funcional para balizar o trabalho do pesquisador, pois acreditamos que um dos elementos fundamentais dessa pesquisa está na memória dos sujeitos e no rememorar de suas trajetórias em torno da luta pela terra e da resistência à territorialização do agronegócio no assentamento.

Através do trabalho de campo e das fontes orais visamos entender e compreender os sujeitos em seu contexto histórico e fazer com que essa troca de saberes colabore tanto para



nossa pesquisa, quanto para os sujeitos que ali estão inseridos. Sendo, portanto, como Cassab e Ruscheinsky (2007, p. 15-16) nos diz:

A entrevista se constrói na relação entre estes sujeitos, permeada pela experiência de vida de ambos, quando expõem suas histórias de vida, suas paixões, suas visões de mundo inseridas em dada dimensão do tempo e espaço. A própria dinâmica da entrevista permite que ambos os sujeitos investiguem-se mutuamente, aproximem-se e conheçam-se, possibilitando desvelarem suas visões de mundo e relações de poder, as quais nunca são unidirecionais, mas dialéticas, estando presentes as categorias poder, igualdade e diversidade.

Dessa forma, investigaremos o processo de desterritorialização da agricultura familiar camponesa em detrimento a territorialização e ao avanço do agronegócio no assentamento “*Estrela*” no município de Sidrolândia/MS.

Realizamos uma pesquisa de campo entre os dias 17 a 24 de novembro de 2024. Entrevistamos 4 membros de famílias camponesas que estão assentadas no assentamento “*Estrela*” desde o início da criação do assentamento. O critério utilizado para escolha desses é o fato de serem os sujeitos que estão desde o início da criação do assentamento na luta na terra e pela terra, resistindo ao agronegócio.

Além da coleta de dados através do trabalho de campo, realizamos um levantamento bibliográfico que contemplassem essa temática. Foram utilizados diversos autores que tratam da territorialização do agronegócio, a formação dos territórios, das lutas pela terra. A Pesquisa Bibliográfica e a Pesquisa de Campo foram os principais recursos teórico-metodológicos para a investigação do processo de territorialização do agronegócio e a resistência camponesa frente as investidas do agro no assentamento Altemir Tortelli *Estrela* no município de Sidrolândia-MS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Sidrolândia está situado na porção centro-norte do estado de Mato Grosso do Sul, a 63 km da Capital Campo Grande (mapa 1). Possui uma área de 5.265,695 km² e uma população de 47.118 habitantes (IBGE, 2022), sendo 9.717 delas, moradoras da área rural.



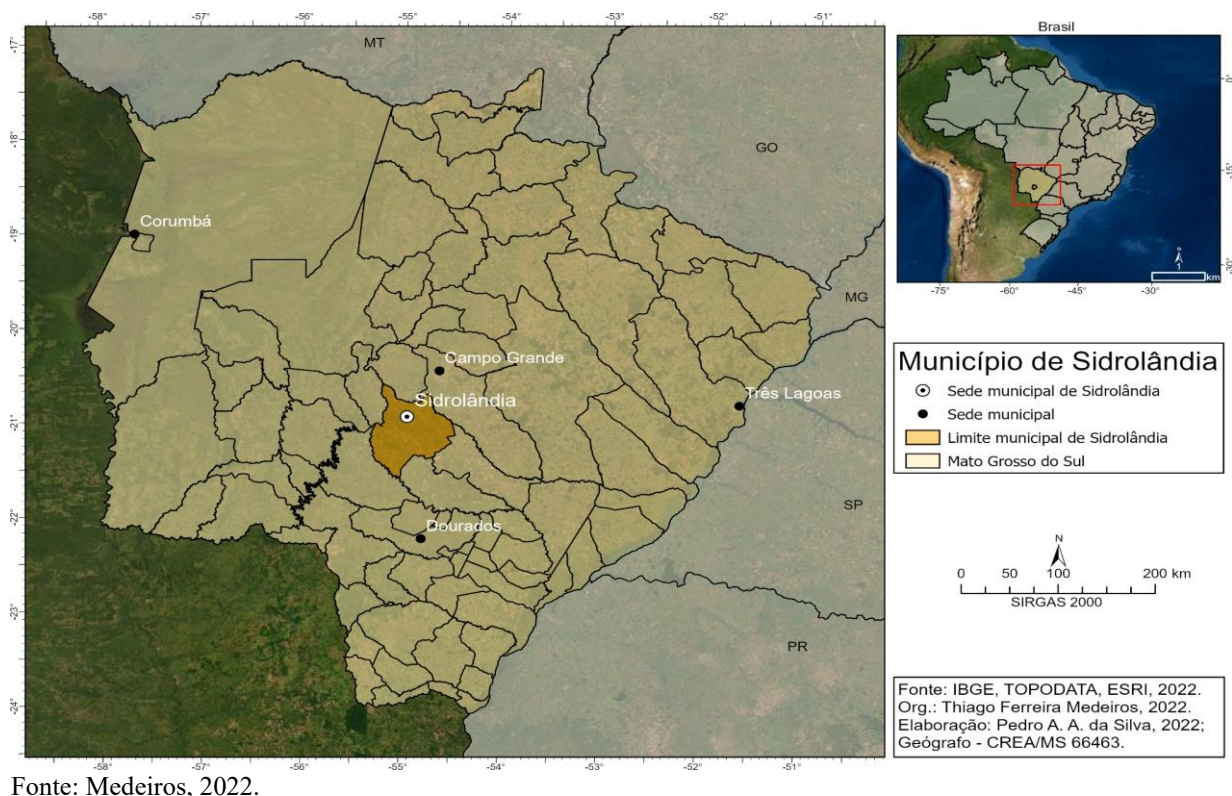
XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Mapa 1- Município de Sidrolândia- MS



A formação territorial do município de Sidrolândia-MS, assim como a do Mato Grosso do Sul, esteve marcada pela alta concentração de terra e também pelas constantes disputas territoriais, que vão desde a ocupação de terras indígenas pelos espanhóis e portugueses durante e depois da “invasão” e das disputas territoriais contra empresas estrangeiras que foram beneficiadas pelo governo brasileiro no pós-Guerra da Tríplice Aliança (1870).

Portanto, a formação territorial do município de Sidrolândia, como a do estado de Mato Grosso do Sul, envolve questões históricas e disputas territoriais tendo em sua gênese, a ocupação de terras indígenas durante o período colonial, além da concessão de boa parte das terras do atual estado, a empresas privadas. Neste sentido, o processo de formação territorial de Sidrolândia esteve ligado à aquisição de terras feita por meio de doações, compras de terras devolutas públicas e do processo de grilagem que transformou grileiros de terras em grandes proprietários de latifúndios tituladas e legalizadas. Dessa forma Assunção e Bernardelli (2017, p. 309-310) apresentam importantes observações acerca dos contornos agrários de Sidrolândia destacando que:

[...] as mesmas características da formação agrária do território brasileiro, marcado pela concentração de terra em mãos de poucos, pela monocultura e bovinocultura, destacando-se o fato de que desde o fim da Guerra do Paraguai (1864 – 1870), o governo brasileiro distribuiu terras para fazendeiros da Região Sudeste e também a



empresas estrangeiras, para promover a ocupação desse espaço geográfico, ainda em disputa com o Paraguai. A ocupação das terras da região também passou pela distribuição de grandes áreas a empresas estrangeiras pelo governo federal; por exemplo, o espaço onde hoje estão organizados os assentamentos Alambari, Eldorado, Capão Bonito e Vacarias foi destinado à companhia norte-americana Brazil Land Cattleand Packing Co., constituindo uma área total de 158.873 hectares, sendo incorporada ao patrimônio da União no ano de 1940, com o Decreto Lei nº 2.436, de julho de 1940, que desapropriou terras sob o domínio de empresas estrangeiras. Em 1950, essas terras foram repassadas para a Sociedade Anônima Cafeeira do Noroeste que aos poucos foi se desfazendo da área ou arrendando, inclusive, ao latifundiário Lúdio Coelho, restando uma área remanescente de 14.015 hectares que ficou em propriedade de Paulo Eduardo Souza Firmo, latifundiário paulista.

Diante dessa grande concentração de terras, especialmente nas mãos de empresas estrangeiras e grandes latifundiários, iniciaram-se as reivindicações dos movimentos socioterritoriais³ e do STRs⁴ de Sidrolândia - MS. Para tentar diminuir essa desigualdade na posse da terra, tem-se o início em 1985 a luta pela terra e pela reforma agrária, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sidrolândia, tendo como principal liderança, à época, o senhor Francisco José Medeiros⁵. O movimento pressionou o governo estadual e federal para que implementassem políticas efetivas de redistribuição de terras no município. Foi, portanto, a partir dessa primeira mobilização, que temos no ano de 1989 a ocupação da fazenda Capão Bonito e dessa ocupação nascendo o primeiro Assentamento em Sidrolândia, Capão Bonito I.

A luta pela democratização das terras em Sidrolândia iniciou-se em 1984, tendo como um dos articuladores o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, que lutava pela implementação de um assentamento nas terras da companhia cafeeira, que anteriormente pertenceu à Brazil Land Cattleand Packing Co., consideradas improdutivas. A companhia cafeeira, com medo do processo de desapropriação para a reforma agrária, arrendou a área para um dos maiores latifundiários do Estado, Lúdio Coelho. Depois de diversas ocupações pelos sem-terra e ações policiais para retirar os trabalhadores, em 6 de abril de 1989 houve a desapropriação de 2.705 hectares, onde foram assentadas 132 famílias, dando origem ao assentamento Capão Bonito I (Assunção; Bernardelli, 2017, p. 311).

Portanto, foi através dessa ocupação e criação do Assentamento Capão Bonito I que outros movimentos socioterritoriais iniciaram as suas lutas pela terra e pela desconcentração de terras no município, e assim tivemos a criação e formação dos vinte e oito (28) assentamentos no município, conforme demonstrado na tabela 1, sendo um desses o objeto de estudo deste trabalho o Assentamento Altemir Tortelli “*Estrela*”.

³ [...] movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. [...] Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. [...] os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território (Fernandes, 2005, p. 280-281).

⁴ Sindicato dos trabalhadores rurais de Sidrolândia.

⁵ Primeiro Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sidrolândia – MS.



Tabela 1 – Sidrolândia – MS: Número de assentamentos, órgão criador e área total (ha)

Nomes	Órgão	Lotes	Área(ha)	Ano de criação
Alambari CUT	INCRA	230	8206,70	2005
Alambari FAF	INCRA	204		2005
Alambari FETAGRI	INCRA	155		2005
Altemir Tortelli "Estrela"	INCRA	115	1499,00	2005
Barra Nova	INCRA	320	3940,43	2005
Capão Bonito I	INCRA	133	2585,40	1989
Capão Bonito II	INCRA	308	8231,50	1997
Capão Bonito III	INCRA	23	600	2000
Eldorado I	INCRA	620	9.972,12	2005
Eldorado II	INCRA	777	9.608,60	2005
Eldorado Parte	INCRA	70	818,75	2007
Geraldo Garcia	INCRA	182	5.775,21	2000
Gibóia	INCRA	238	7.218,70	2000
Nazareth	INCRA	171	2.382,00	2013
Ranildo Silva "Mutun"	INCRA	69	2.842,14	2005
Santa Lúcia	INCRA	100	1.322,29	2007
Santa Terezinha	INCRA	64	1.537,91	2001
São Pedro	INCRA	295	8.592,23	1998
Vacaria	INCRA	48	1.049,15	2000
Valinhos	INCRA	74	2.033,80	2001
Vista Alegre	INCRA	50	1.030,82	1999
João Batista (Dentro Do Eldorado)				2005
Florida	CRED.FUNDIÁRIO	113	392	2007
Kaapuã	CRED.FUNDIÁRIO	52	1.046,18	2012
Triangulo	CRED.FUNDIÁRIO	38	392	2016
São Francisco	ESTADO	7	245,7	2003
Terra Solidária I	ESTADO	11	360,02	2003
Terra Solidária II	ESTADO	20,00	607,44	2004
TOTAL	28	4487,00	79.508,27	

Fonte: SIPRA/INCRA, 2017. Organizado pelos autores.

Na tabela 1 apresentamos os 28 assentamentos criados em Sidrolândia - MS, suas respectivas datas de criação, número de famílias e tamanho da área dos assentamentos. Através da tabela 1 podemos perceber que temos o Assentamento Triangulo como o último assentamento a ser criado em Sidrolândia. Contudo, este assentamento é fruto do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PCNF)⁶, programa este destinado a compra e venda de terras, e

⁶ O Programa Nacional de Crédito Fundiário é uma política pública de acesso à terra, voltada para agricultores familiares e trabalhadores rurais que visa o reordenamento agrário, a produção agropecuária, a geração de renda e



que infelizmente é a forma de aquisição de terras que mais foi adotada pelo Estado, sendo chamada por vários autores que estudam a luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil e em Mato Grosso do Sul como a “Reforma Agrária de Mercado”, pois conforme nos explica Luiz e Nardoque (2019, p. 95):

A implantação da RAM (Reforma Agrária de Mercado) no Brasil e as políticas públicas para segmentos específicos, além de contemplar os anseios de latifundiários pela realização de seu capital, ou seja, transformando equivalente de capital em capital, e neutralizar a luta camponesa pela Reforma Agrária, mantém a política agrária de valorização do mercado e não do Estado, como instrumento legal de acesso à terra.

Assim, ao se optar por essa forma de aquisição de terras, qualquer forma de luta pela terra acaba sendo eliminada. Pois, ao fomentar este tipo de política de acesso à terra, o Estado promove o bloqueio da reforma agrária e passa uma visão de que não é necessária a luta pela terra, pois pode-se ter acesso à terra por meio da compra, sem passar pelos conflitos. Nesse sentido, Luiz e Nardoque (2019, p. 107) nos explicam que: “a política do Programa Nacional de Crédito Fundiário revela-se como expressão da contrarreforma agrária historicamente instaurada no país”.

Seguindo esse contexto de política voltada para criar assentamentos através da reforma agrária, vale ressaltar que essas terras que ainda existem em Mato Grosso do Sul, sejam elas futuramente desapropriadas dos latifundiários ou devolutas, necessitarão de uma política governamental diferente desta que aí está há décadas, simplesmente desapropriando e distribuindo terras. Esse modelo atual de gestão não contribui para reparar as desigualdades no Brasil, em Mato Grosso do Sul e em Sidrolândia. É preciso um programa de reforma agrária com novas diretrizes e ações mais criteriosas que beneficie a coletividade, conforme nos explica a CPT (2023, p. 3):

[...] para que os povos possam respirar outros ares e a sociedade brasileira possa dar passos concretos na direção da justiça social e ambiental, com a retomada consistente da reforma agrária em seu sentido amplo, incluindo um conjunto de políticas que deem sustentação à vida nestes territórios”.

a promoção da sucessão rural. O acesso à terra ocorre por meio de financiamento com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA) com condições subsidiadas aos agricultores (as) e trabalhadores (as) que se enquadrem nos critérios de renda, patrimônio e outros previamente definidos nos normativos do Programa. Esse financiamento possibilita a compra das terras, a assistência técnica, investimentos básicos e despesas acessórias (as custas e emolumentos cartorários, o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI) e as despesas com levantamento topográfico. O Programa pode ser acessado por trabalhadores (as) rurais com idade entre 18 e 70 anos que comprovem, no mínimo, cinco anos de experiência na atividade agropecuária e agricultores proprietários de imóveis rurais cuja área seja insuficiente para gerar renda capaz de lhe propiciar o próprio sustento e o de sua família (Manual do analista, Brasil, 2023).



Nesse sentido, precisamos reelaborar o pensamento sobre o futuro da reforma agrária no país, pois se assim não o fizermos, enfrentaremos e conviveremos com:

O desenvolvimento do agronegócio e a exploração capitalista no espaço agrário brasileiro que coloca em xeque a existência camponesa como vetores de resistência à reprodução do capital. Desse modo, o lugar de produção do campesinato sempre foi visto como modo de vida e de trabalho, sendo incompatível com as relações de produção e reprodução do capital” (Oliveira Junior, 2022, p. 18).

Dessa forma, percebe-se que embora as lutas pela terra em Sidrolândia tenham resultado em grandes avanços, como a criação de 28 assentamentos, este modelo de reforma agrária que ainda é vigente até hoje se mostra limitado diante da força do agronegócio. Nesse sentido, é necessário repensar esse modelo de reforma agrária, de modo que promovam não apenas o acesso à terra, mas também a permanência dos sujeitos na terra, e para isso é necessário que haja políticas públicas voltadas para os camponeses logo no início da criação dos assentamentos.

O agronegócio e a descaracterização da Agricultura Familiar no assentamento “Estrela”

O Assentamento Altemir Tortelli “Estrela”, está localizado na área rural de Sidrolândia, município do estado de Mato Grosso do Sul, a 140 km da Capital do estado, Campo Grande. Trata-se de um projeto criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2005, quando foram assentadas 115 famílias.

O Assentamento “Estrela” foi mais um dentre tantos outros Projetos de Assentamentos implantados pelas junções entre o Governo Federal e estadual. Contudo, sua criação ocorreu principalmente pela atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs) e Federação da Agricultura Familiar (FAF), que lutaram pela terra por meio das ocupações e pressionaram os governos a implantarem o assentamento.

No entanto, mesmo com esse histórico de luta e conquista da terra no município de Sidrolândia, a expansão e territorialização do agronegócio tem produzido grandes impactos sobre o espaço agrário, principalmente nos assentamentos rurais. A territorialização desse modelo produtivo nos assentamentos rurais, especialmente no assentamento “Estrela”, objeto de estudo deste trabalho, vem alterando significativamente a dinâmica dos territórios e da



produção no assentamento “*Estrela*”, comprometendo as práticas socioculturais⁷ da agricultura familiar camponesa.

Nesse contexto, o agronegócio impõe ao camponês assentado o fim das atividades relacionadas à agricultura familiar camponesa, cuja produção de alimentos é voltada para atender próprias necessidades e a venda do excedente. Nesse sentido, conforme argumenta Lima (2016, p. 78): “Os problemas enfrentados nos assentamentos fazem parte de uma luta cotidiana, em que a utopia e a vida em conjunto representam, muitas vezes, a renovação das esperanças camponesas quanto a um futuro melhor”.

É então, a partir de Lima (2016), que compreendemos a resistência das famílias camponesas do assentamento “*Estrela*”. Pois, mesmo diante das dificuldades e adversidades impostas pela expansão e territorialização do agronegócio, afirmam que continuam e continuarão resistindo, seja através da Associação, do trabalho coletivo ou do trabalho familiar em seus lotes.

No entanto, essa resistência camponesa ocorre em um contexto que é marcado por muitas fragilidades, como por exemplo a falta de políticas públicas e assistência técnica. Ao analisarmos o cotidiano dos camponeses do assentamento “*Estrela*”, observou-se que o projeto de reforma agrária em si não gerou condições reais de reprodução da vida camponesa.

A respeito disso, Oliveira Júnior (2022, p. 18) nos diz que, “o desenvolvimento do agronegócio e a exploração capitalista no espaço agrário brasileiro colocam em xeque a existência camponesa como vetor de resistência à reprodução do capital”.

Portanto, em relação à reforma agrária, ainda que se observem alguns avanços pontuais decorrentes de ações de políticas públicas, ela não tem garantido a permanência da maioria dos camponeses na terra, desenvolvendo a agricultura familiar, pois o modelo agroeconômico que temos é o oposto de pop ou popular, porque não é voltado para a população, já que prioriza o lucro de poucos, enquanto prejudica o bem-estar da geração atual e das futuras (Cruz, 2022).

Nesse sentido, ao analisarmos o território do assentamento “*Estrela*” constatamos uma intensa transformação do espaço geográfico, onde anteriormente era destinado à agricultura familiar camponesa com produção diversificada, atualmente concentra-se na produção de soja, milho, sorgo e mandioca, evidenciando, portanto, o avanço da lógica do agronegócio e a progressiva substituição na produção camponesa no assentamento. Essa realidade demonstra

⁷ Esse modo de vida camponês produz uma relação social específica, na qual tanto a dimensão material do trabalho camponês quanto a dimensão simbólica, conformam processos educativos associados a organização sociopolítica [...] (Silva; Ferrari, 2018, p. 232).



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

que para muitos assentados a única alternativa para se manter no lote e obter uma renda tem sido o arrendamento, resultado direto da falta de políticas públicas e assistências técnicas adequadas. Conforme argumenta Camacho *et al* (2020, p. 61):

É desastroso ver em um assentamento onde se produzia para o sustento das famílias, ser invadido pela monocultura, tudo isso porque os pequenos produtores não encontraram outro meio para garantir renda. Nesta monocultura, tudo que se produz é destinado às grandes empresas, para o assentamento nada fica, apenas a destruição do meio ambiente, com o uso de agrotóxicos e insumos.

No assentamento “*Estrela*” essas transformações podem ser observadas nas imagens abaixo.

Imagem 1 e 2: Cultivo da soja e de mandioca nos lotes vizinhos de um dos entrevistados



Fonte: Registro dos autores durante trabalho de campo em novembro de 2024.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Imagem 3 e 4: Área sendo preparada para o plantio de mandioca



Fonte: Registro dos autores durante trabalho de campo em novembro de 2024.

Imagem 5 e 6: Cultivo da soja e milho nos lotes vizinhos de um dos entrevistados



Fonte: Registro dos autores durante trabalho de campo em novembro de 2024.

As imagens apresentadas acima retratam as transformações que estão ocorrendo desde a criação do assentamento “*Estrela*” e tem se intensificado ainda mais recentemente. Áreas



estas que anteriormente eram ocupadas para o plantio de culturas diversificadas, voltadas principalmente para o autoconsumo e venda do excedente, atualmente estão sendo progressivamente convertidas para o cultivo de *commodities*, como soja, milho, sorgo e mandioca, evidenciando, assim o grande avanço do agronegócio sobre o território que antes era de agricultura familiar camponesa. As imagens nos mostram áreas de solo exposto e recebendo o preparo mecanizado para o plantio tanto de grão quanto de rama de mandioca. Revelando, portanto, não só apenas transformações econômicas e produtivas, mas também socioculturais, uma vez que está impactando diretamente o modo de vida, de trabalho e da relação das famílias camponesas com o seu território. Abaixo apresentamos um dos relatos coletados durante as entrevistas. Com o intuito de preservar a identidade dos participantes optamos por identificá-los com nomes fictícios.

Olha ai em nossa volta o que nós ta vendo, só lotes com casas abandonadas e com soja ou mandioca plantada na terra, nesse meu travessão mesmo, dos moradores que estão aqui desde o início sou só eu, a vizinha la da frente e o seu Augusto que vem de vez em quando, o restante dos lotes aí já está no terceiro ou quarto dono, foram todos vendidos, e isso me dá um desespero, pois eu não sei nem mais quem são os meus vizinhos, aqueles companheiros que tinham os mesmos sonhos que eu foram tudo embora e os que sobraram como você viu ai estão arrendando para o soja, milho e agora a mandioca (Depoimento do camponês B, 2024).

Conforme relatos dos entrevistados, esses problemas evidenciados no relato acima começaram logo no início da criação do assentamento, pois ao receberem os lotes, as famílias beneficiadas ficaram sem acesso, a água, moradia, energia elétrica, e o fator mais predominante foi a falta de assistência técnica e de políticas públicas, o que gerou um grande abandono e uma ligeira mudança no cenário agrário do assentamento, iniciando-se assim logo no início da criação do assentamento os arrendamentos. A respeito disso, Silva (2000, p. 63-64) e Almeida (2012, p. 66) nos dizem que:

[...], as dificuldades são muitas no Projetos Assentamentos Rurais e as desistências têm sido justificadas pelos seguintes fatores: solos inadequados para a produção; ausência de assistência técnica; [...] experiência na agricultura; dificuldade de acesso; ausência de infraestrutura. É importante dizer que para que os Projetos de Assentamentos sejam realmente viáveis algumas mudanças devem ser efetuadas no sentido de transformar a Reforma Agrária num instrumento de desenvolvimento socioeconômico sustentável no meio rural.

[...], entendemos que a Reforma Agrária deve ser acompanhada de uma política agrícola com instrumentos creditícios, assistência técnica e extensão rural de qualidade, principalmente no início do processo de assentamento. Assim, o grande desafio da Reforma Agrária hoje é promover a sobrevivência e viabilidade econômica dos assentamentos. Todavia, essa não tem sido a tônica de nossa Reforma Agrária, na medida em que a própria assistência técnica é oficialmente reconhecida como deficiente tendo sofrido pressão dos movimentos sociais.



Nesse contexto, Oliveira Junior (2022) evidencia uma profunda desigualdade no uso do solo no município de Sidrolândia. Ele nos diz que enquanto as lavouras permanentes, associadas à agricultura familiar, ocupam uma área bastante reduzida no município, as lavouras temporárias de soja e milho praticamente dominam o território do município. Nesse sentido, essa desproporção nos evidencia como que o processo de territorialização do agronegócio está afetando a produção camponesa.

No município investigado, no caso, Sidrolândia, segundo o último Censo Agropecuário IBGE de 2017, a área correspondente à lavoura permanente, praticada em sua grande maioria pelo pequeno agricultor, sendo o plantio de banana, abacate, laranja e outros, era de um total de 349 hectares em todo o município. Em contraposição as lavouras temporárias de soja e milho, equivaleriam a mais de 200 mil hectares de terra. Significa dizer que a biodiversidade foi suplantada em prol da monocultura da soja e milho (Oliveira Junior, 2022, p.20).

Com isso, entendemos que a reforma agrária se configura como um instrumento essencial para fortalecer a produção diversificada de alimentos, contudo para que dê resultados é importante ela vir seguida de políticas públicas consistentes, uma vez que a lógica de produção do capital votada ao agronegócio não favorece a manutenção dessa diversidade. Conforme nos aponta Oliveira Junior (2022, p. 21):

Do ponto de vista da produção é uma só, soja e milho. O agronegócio vai criando seu imenso deserto verde, colocando sob seu jugo toda lógica de existência no campo. Esteriliza a vida na medida em que esterilizam as sementes. Torna o agricultor dependente, subserviente aos ditames dele, o agronegócio. Com isso, os processos que levaram as famílias a serem assentadas vão se perdendo, dando vazão a outra lógica de pensar, a lógica capitalista de produção.

É necessário, portanto, como já apontava Josué de Castro em seu livro “Geografia da Fome”, “concebermos a reforma agrária como um processo de revisão das relações jurídicas e econômicas, entre os que detêm a propriedade agrícola e os que trabalham nas atividades rurais” (Castro, 1984, p. 299).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço do agronegócio sobre o território do assentamento tem provocado a descaracterização da agricultura familiar camponesa, substituindo práticas de produção diversificadas e sustentáveis por monoculturas voltadas ao mercado externo e interno como soja, milho, sorgo e mandioca. Esse processo, além de alterar a paisagem e destruir o meio ambiente, tem modificado também as relações sociais e os modos de vida dos assentados, gerando dependência econômica, subalternidade ao capital e perda de identidade camponesa.



A análise realizada no Assentamento Altemir Tortelli “*Estrela*”, no município de Sidrolândia/MS, nos permitiu compreender como que o processo de territorialização do agronegócio se materializou e tem impactado profundamente a dinâmica territorial daquele local. Além disso, através da pesquisa de campo foi possível constatar que o projeto de reforma agrária, embora representando um grande avanço na democratização do acesso à terra em Sidrolândia-MS, não foi suficiente, pois como não veio acompanhado de políticas públicas, o que acabou gerando situações de vulnerabilidades econômicas, sociais e culturais, pois como o assentado camponês não conseguia garantir uma renda através do seu trabalho e como forma de se manter no lote, ele se viu na obrigação de arrendar o seu lote para ter o mínimo de sobrevivência, mas isso acabou contribuindo para a redução da diversidade produtiva e colaborando no avanço do agronegócio sobre as áreas destinadas a agricultura familiar camponesa.

Portanto, essa mudança na lógica de produção no assentamento vem prejudicando a produção das famílias camponesas que ainda resistem à expansão do agronegócio, uma vez que o uso excessivo de agrotóxicos nas lavouras de monocultura que fazem divisa com os lotes que ainda não aderiram a esse sistema de produção, tem causado uma drástica redução na produção de alimentos para consumo, e assim, impedindo de se ter uma produção diversificada de alimentos, como deveria ser o território do assentamento.

Diante disso, reafirmamos a necessidade de implantarem políticas públicas que garantam a permanência das famílias camponesas na terra, pois, só assim, poderemos frear a expansão do agronegócio em territórios que deveriam ser destinados a produção camponesa. Portanto, o futuro do assentamento “*Estrela*” e de tantos outros, dependem do Estado como fomentador de políticas públicas que garantam a autonomia das famílias camponesas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável: os assentamentos rurais e os desafios da produção agrícola**. São Paulo: Annablume, 2012.

ALVES, Flamarion Dutra. Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade. *Revista NERA* vol.22, n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019. mai.- ago. 2019.

ASSUNÇÃO, A. dos S; BERNARDELLI, M. L. F. da H. Educação popular e educação do/no campo: perspectivas para uma educação inclusiva – a Escola Família Agrícola em Sidrolândia - MS. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 294–322, 2017. DOI: 10.20873/uft.2525-4863.2017v2n1p294. Disponível em:



<<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/3186>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. **Manual do Analista:** Programa Nacional de Crédito Fundiário. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2023.

CAMACHO, Rodrigo Simão. O Plano Camponês para a Soberania Alimentar e Energética numa perspectiva Agroecológica. **Cadernos de Agroecologia**, [s.l.], v. 9, n. 4, fev. 2015. Disponível em: <https://revista.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/16391>. Acesso em: 14 nov. 2024.

CAMACHO, R. S.; ALMEIDA, D. C. de.; CONCEIÇÃO, C. A. da. O IMPACTO DA MONOCULTURA DA SOJA NA AGRICULTURA CAMPONESA: UM ESTUDO SOBRE AS MUDANÇAS NA PRODUÇÃO DE LEITE NO ASSENTAMENTO ITAMARATI I – FETAGRI/MS: The impact of soybean monoculture on peasant farming: a study on changes in milk production in the Itamarati I - FETAGRI settlement/MS. **REVISTA GEONORTE**, [S. l.], v. 11, n. 37, p. 57–77, 2020. DOI: 10.21170/geonorte.2020.V.11.N.37.57.77. Disponível em: <[//periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/7468](https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/7468)>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CASSAB, Clarissa; RUSCHEINSKY, Aloisio. **História oral:** memórias, narrativas e identidade. São Leopoldo: Oikos, 2007.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome:** o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

Comissão Pastoral da Terra. **CONFLITOS NO CAMPO. BRASIL**, 2023. Edição Especial: Nº 263, ano 49. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/96-edicoes-de-2024>>. Acesso em 30. mai. 2024.

CRUZ, A. S. **As maiores mentiras do agronegócio.** GREENPEACE. 1. abr. 2022. Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/as-maiores-mentiras-do-agronegocio/>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

FERNANDES, B. M. **Agronegócio e Reforma Agrária.** In: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004, Gramado RS. Tradição x Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2024.

FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais:** Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005 ISSN 1515-3282. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16MFernandes.pdf>>. Acesso em: 30 de out 2024.



IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 8 nov. 2024.

LIMA, F. V. Territorialização do agronegócio e resistência camponesa. **Mercator (Fortaleza)**, v. 15, n. 1, p. 73–86, jan./mar. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mercator/a/5L7WZspcTM55gRfKfghyqrv/>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato. **Revista NERA**, v. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

MEDEIROS, T. F. **A luta pela permanência na terra no assentamento Altemir Tortelli “Estrela”, município de Sidrolândia-MS**. 2022. 111 p. Monografia (Geografia) – UFGD.

OLIVEIRA JUNIOR, Manoel Soares de. **Resistência e subalternidade na reprodução do campesinato no assentamento Geraldo Garcia**. Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade) - Faculdade Intercultural Indígena, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2022.

PEREIRA, IZÁ Lorena e PAULI, Lucas. MATOPIBA: CONTROLE DO TERRITÓRIO E EXPANSÃO DA FRONTEIRA DA ESTRANGEIRIZAÇÃO DA TERRA/ MATOPIBA: control of the territory and expansion of the frontier of land foreignization/ MATOPIBA: control del territorio y expansión de la frontera de la extranjerización de la tierra. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 47, p. 148–172, 2019. DOI: 10.47946/rnera.v0i47.6262. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6262>>. Acesso em: 8 ago. 2025

SILVA, Celeida Maria Costa de Souza. **Políticas públicas educacionais e assentamentos rurais de Corumbá, MS (1984–1996)**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2000.

SILVA, Márcio Gomes da; FERRARI, Eugênio Alvarenga. *Cultura camponesa, educação e agroecologia*. Trabalho Necessário, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, 2018. DOI: 10.22409/tn.16i31.p27378. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/27378>. Acesso em: 15 nov. 2025.

STÉDILE, João Pedro. **"AL vive conjuntura positiva para a classe trabalhadora"**, 2012. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2012/07/27/stedile-al-vive-conjuntura-positiva-para-a-classe-trabalhadora/>>. Acesso em: 20 out. 2024.

WOORTMANN, K. **“Com parente não se negocia”**: O campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 11–73, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6389>>. Acesso em: 11 dez. 2024.